

Carta final do Seminário “Monitoramento e Proteção Territorial de Terras Indígenas”



amazônia

SEMINÁRIO DE

**MONITORAMENTO E
PROTEÇÃO TERRITORIAL
DE TERRAS INDÍGENAS**



Em tempos de crise climática, Coiab e organizações da sociedade civil lançam carta de recomendações para a proteção dos territórios indígenas na Amazônia

Mais de noventa organizações indígenas e indigenistas, órgãos de governo e apoiadores, reunidas em Brasília, nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2023, promoveram um espaço de intercâmbio sobre as diversas iniciativas de proteção e monitoramento que vêm sendo desenvolvidas por organizações indígenas e seus parceiros na Amazônia brasileira, com forte protagonismo indígena, em resposta a um quadro de crescentes pressões e ameaças sobre os territórios.

Estas iniciativas têm em comum três objetivos principais: o combate ao desmatamento e à degradação ambiental promovidos por atividades ilegais e por modelos de desenvolvimento econômico antagônicos aos modos de vida dos povos indígenas, que exercem pressões sobre seus territórios; a proteção de famílias e comunidades impactadas e a defesa dos direitos territoriais de povos indígenas.

As iniciativas indígenas de proteção e monitoramento dos territórios são diversas, realizadas de diferentes formas em toda a Amazônia. Estão unidas pelo mesmo objetivo comum de proteger os territórios indígenas, fonte de vida para os povos que nela habitam e que contribuem de maneira decisiva para o equilíbrio do clima em todo o planeta.

Estas ações são realizadas por muitas pessoas: são jovens, mulheres, anciãos, que cada vez mais potencializam suas formas de cuidar e proteger o seu território. Utilizam de maneira inteligente e estratégica diferentes ferramentas, como drones, celulares, GPS, computadores e produzem informações fundamentais para que seus povos possam proteger seus territórios.

Destacamos o papel que os Agentes Ambientais e Territoriais Indígenas, homens e mulheres, têm na proteção e gestão territorial e ambiental. São eles e elas que vêm trabalhando incansavelmente para criar acordos internos nas comunidades, realizar excursões de vigilância indígena, aprender e ensinar novas tecnologias de monitoramento e, sobretudo, produzir informações estratégicas para compartilhar com os órgãos que atuam e defendem os direitos indígenas.

Essas pessoas precisam ter um reconhecimento formal para seguir trabalhando na gestão e proteção dos territórios indígenas, conforme previsto no Projeto de Lei 2936/2022, que regulamenta as atividades de indígenas nas ações de gestão ambiental e territorial em terras indígenas e que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Merece atenção a atuação dos brigadistas indígenas, que combatem e implementam metodologias de prevenção aos incêndios em seus territórios, muitas dessas ações em parceria com o IBAMA. Os povos indígenas querem cada vez mais reconhecimento pelo trabalho fundamental que fazem em defesa da Amazônia.

O seminário também destacou a importância crescente das mulheres indígenas na elaboração e na implementação das estratégias de gestão ambiental e territorial das terras indígenas, trazendo novas abordagens às ações coletivas de proteção territorial. As mulheres indígenas contribuem de maneira decisiva para o bem viver em seus territórios, inclusive nas ações de proteção.

Os povos indígenas assumem a proteção desses territórios, quase que de forma isolada, em razão da própria omissão do Estado em cumprir seu dever constitucional. Sendo, portanto, indispensável que os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dos territórios indígenas atuem em conjunto com suas organizações.

Lembramos que a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) instituída em 05 de junho de 2012, no dia Mundial do Meio Ambiente, chegou em 2023 aos seus 11 anos de existência, após um momento extremamente difícil para as políticas ambientais e indigenistas no Brasil e para a democracia do país.

Os povos indígenas sofreram a ação sistemática do governo anterior e do atual parlamento em tentar destituir direitos, que foram historicamente conquistados, aliado ao projeto de transformar as terras públicas em mercadoria, abrindo-as ao agronegócio e grandes empreendimentos e ao avanço da extração de recursos naturais de forma predatória. Também existe grande preocupação com o avanço do narcotráfico na Amazônia, colocando em risco a vida das comunidades indígenas e outras populações.

Nestes três dias, pudemos ver que existem muitas soluções para proteger e monitorar os territórios. As organizações indígenas apresentaram diversas maneiras que já estão em curso e que devem servir de inspiração e exemplo para uma atuação integrada pela gestão territorial: povos indígenas, parceiros, órgãos do governo, todos devem fazer a sua parte.

Celebramos a volta do diálogo e da reconstrução da política indigenista pelo Governo Federal. Temos hoje um Ministério dos Povos Indígenas (MPI), uma Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e uma Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), todos conduzidos por representantes indígenas.

Queremos que a política indigenista funcione de forma participativa, em diálogo com os povos indígenas, suas organizações e parceiros, e que sejam garantidos recursos e pessoal adequado para a plena implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), especialmente do seu Eixo 1, que trata das ações de proteção das terras indígenas.

Para contribuir com esse objetivo, apresentamos a seguir as recomendações construídas coletivamente durante o seminário, que esperamos que gerem ações e parcerias futuras para a proteção dos territórios indígenas na Amazônia:



1

Governança Territorial e incidência Política



- Cada território conta com sua própria governança, de modo que ao pensar em políticas públicas não se deve perder de vista a autonomia de cada território em relação à sua autodeterminação. Este princípio é reconhecido pela PNGATI e pelos instrumentos de gestão, sobretudo os PGTAs- Planos de Gestão Indígena das Terras Indígenas.
- Garantir políticas públicas que fomentem e subsidiem alternativas econômicas e de geração de renda, de modo complementar a proteção territorial.
- Promover capacitação dos órgãos públicos federais e estaduais acerca do tema de proteção territorial, realizada pelos próprios indígenas e em atenção aos seus sistemas próprios de governança.
- Criar normativas que reconheçam e validem as vigilâncias indígenas em todos os órgãos de controle ou ordenamento territorial e fiscalização e de combate a ilícitos.
- Formalização de uma instância de governança interministerial que se dedique ao tema de proteção territorial em áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), com participação dos órgãos de Estado (Funai, Ibama, ICMBio).

- Reativar as instâncias de governança da PNGATI, com orçamento definido, não só em Brasília, mas nas bases: Comitê Gestor da PNGATI, CNPI e Comitês Regionais da Funai.

- Destinação de recursos para a implementação dos eixos da PNGATI nos planejamentos plurianuais do governo.

- Na construção dos PGTAs, formar núcleos técnicos institucionais com participação de membros de órgãos locais: Funai, SESAI- Secretaria de Saúde Indígena, Secretarias de Educação, IDAM- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, ICMBio, prefeituras, para monitorar e planejar as ações anualmente.

- Criar meios para que as informações sobre os PGTAs e demais instrumentos de gestão sejam de conhecimento e levados em consideração para o planejamento dos órgãos em instâncias municipais, estaduais e federais.

- Abrir vagas nos concursos dos órgãos ambientais como IBAMA e ICMBio voltadas para indígenas. É uma forma de reconhecer o trabalho dos indígenas nas várias frentes de proteção.

- Necessidade de qualificar os quadros dos órgãos e instituições, bem como, demandar a atuação conjunta dos órgãos, a exemplo dos acordos de cooperação técnica.

- Importância de gerar informação para incidência política não apenas em forma de documentos, mas de sensibilização das comunidades indígenas e da sociedade em geral: redes sociais, mini vídeos, animações, áudios de WhatsApp.

- Criar um protocolo com um passo a passo para a comunicação dos dados, visando controlar e fazer uso/destinação dos dados de maneira estratégica. Sugestão de ter um banco de dados geral, respeitando a autonomia da co-

munidade de participar ou não e contando com uma centralização dessas informações pelo movimento indígena

- Necessidade de reconhecimento e incorporação dos Agentes Ambientais Indígenas dentro das políticas públicas, em especial a PNGATI, contando com remuneração. Aprovação do Projeto de Lei sobre o tema em tramitação na Câmara dos Deputados.

- Ampliar as brigadas indígenas e mudança no regime de contratação intermitente no Prevfogo indígena.

- Reutilização das estruturas físicas já existentes (como postos de vigilância), de modo a instrumentalizar esses espaços e evitar que sejam inutilizados ou mal utilizados – exemplo das bases sanitárias no âmbito da pandemia.



2

Proteção Territorial e Sociobioeconomias Indígenas



- Apoio estratégico para certificação de produtos medicinais.
- Construir estratégias de acesso aos mercados e fortalecer a logística do mercado local.
- Ter infraestrutura de beneficiamento nas bases.
- Realizar diagnóstico dos produtos e do mercados.
- Diagnóstico e intercâmbio das iniciativas existentes dentro dos territórios.
- Procurar alternativas para trabalhar dentro da periodicidade entre as safras dos produtos.
- Estratégias para organizar as produções para atingir a escala para comercializar.
- Ter apoio e financiamento para a sociobioeconomia.
- Sensibilização do mercado a respeito da sazonalidade dos produtos, custos de produzir na floresta.
- Investir na gestão de projetos e de recursos humanos.
- Assistência técnica em todos os elos da cadeia da produção para ter maior entendimento das cadeias produtivas.

- Fortalecimento institucional das Organizações Indígenas; das capacidades dos territórios com a administração de recursos e finanças, tomada de decisões e gestão.
- Valorizar o papel social e conhecimento indígena dentro das cadeias produtivas.
- Agregar valor dos produtos que vêm dos povos da floresta: elaborar Selos para os produtos.
- Patenteamento dos produtos que vem do território.
- Preparar as organizações indígenas e os territórios para acessar as políticas públicas.
- Patrimônio genético, respeitando os conhecimentos tradicionais.
- Ter acesso às sementes tradicionais.

- Reconhecimento dos produtores indígenas.
- Precificação dos produtos da sociobioeconomia dos territórios.
- O Governo deve incidir junto às empresas que operam com os produtos da sociobioeconomia, com isenção de impostos e apoios de financiamento.
- Fazer campanhas com o governo sobre a sociobioeconomia indígena.
- Ampliar acesso do Programa de Aquisição de Alimentos.
- Ter subsídios para sociobioeconomia.
- Rastreamento dos produtos de origem nos territórios.
- Elaborar um programa/projeto político voltado para a bioeconomia indígena.

- Inovação de pesquisa voltada para sociobioeconomia.
- Elaborar Políticas Públicas para os pagamentos por serviços ambientais e conservação da floresta para os povos indígenas.





3

Vigilância Indígena e Fiscalização do Estado



- Criar políticas públicas de apoio para infraestrutura/monitoramento - Criar fundos indígenas para vigilância, como estratégias próprias de autonomia dos povos indígenas.
- Transformar a PNGATI em lei com previsão orçamentária através de planejamento participativo.
- Construir bases de vigilância com estrutura e tecnologia.
- Promover ações de monitoramento integrado às atividades tradicionais.
- Plano de resposta integrado (emergencial e planejado).
- Criar uma rede para acolhimento de demandas e denúncias.
- Estabelecer/normatizar um fluxo das informações geradas nos monitoramentos para os órgãos (criar protocolo de validação/materialidade/confiabilidade pelos órgãos).
- Acompanhamento da Funai nas ações de vigilância indígena.
- Respeitar/considerar os instrumentos de gestão (PGTAs, etnomapeamentos, protocolos de consulta) para as ações desenvolvidas nos territórios (governança).

- Capacitação continuada e qualificada para os agentes de vigilância e de fiscalização.
- Fluxo de informações recíproco entre Estado e movimento indígena.
- Rever a jurisdição dos órgãos de controle e fiscalização.
- Instalar bases/escritórios dos órgãos de controle nos municípios e/ou regiões vulneráveis.
- Garantir reserva de vagas para os povos indígenas nos concursos de órgãos com interface nos territórios indígenas.
- Estruturar e equipar as ações de vigilância e fiscalização (em especial, na compra de equipamentos e ajuda de custo).
- Fortalecer a Funai e seus servidores.
- Definir o papel e a responsabilidade dos atores indígenas que realizam ações de monitoramento.
- Valorizar todos os atores (indígenas e não indígenas) que atuam nos territórios indígenas.
- Aproximar ações dos comunicadores indígenas e mídia às ações de proteção territorial.
- Realizar planejamento e ações conjuntas entre os órgãos de controle e fiscalização
- Integrar planejamento dos ministérios (MJ, MMA, MPI) para construção de uma rede de proteção integrada das TIs.
- Criar protocolos e estratégias de defesa, garantindo a aplicação da política de proteção às lideranças/agentes indígenas
- Mais rigor na aplicação da legislação para os crimes ambientais dentro de TIs.
- Criar uma legislação específica para o monitoramento do espaço aéreo das TIs.
- Envolvimento do poder público municipal/estadual nas ações de proteção territorial.
- Elaborar plano transnacional de combate ao narcotráfico e crimes ambientais.





4

Novas Tecnologias e Saberes Tradicionais



- Apoiar financeiramente as organizações indígenas para a continuidade das iniciativas de vigilância indígena.
- Garantir a segurança e evitar a evasão dos dados, tecnologias e conhecimentos indígenas.
- Criar um centro de informação e monitoramento indígena para estruturar um banco de dados indígena.
- Qualificar/Quantificar (documentar por livros/vídeos) os saberes tradicionais, a fim de garantir o repasse às novas gerações.
- “Repatriar” as informações/dados indígenas (que estão sob autoria do Estado, pesquisadores e outros) às organizações indígenas e ao movimento indígena.
- Ter plataformas/sistemas/aplicativos indígenas com linguagem simples e na língua materna (língua dos povos).
- Implementar e valorizar os conhecimentos indígenas nas políticas públicas para enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas (usar o conhecimento indígena para a prevenção).
- Demarcar os territórios para coibir a violação dos direitos.



Brasília, 6 de outubro de 2023

- ABIX - Associação de Brigadistas Indígenas Xerente
- AFP - Associação Floresta Protegida
- AIDSESP - Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana
- AIKATUK - Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana
- AIPA - Associação Indígena do Povo das Águas
- APIAM - Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas
- APIJ - Associação do Povo Indígena Jiahui
- APILCMM - Associação dos Povos Indígenas do Lago Capanã Mura e Munduruku
- APINA - Conselho das Aldeias Wajãpi
- APINAWA - Associação Povo Indígena Nawa
- APIRJ - Associação do Povo Indígena do Rio Jauri
- APITEM - Associação do Povo Indígena Tenharin Morogita
- APITIPRE - Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto
- APIW - Associação do Povo Indígena Wai Wai
- APIWA - Associação do Povo Indígena Waiapi
- ARPIT - Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins
- ASPODEX - Associação do Povo Deni do Rio Xeruã
- Associação Ka'apor Ta Hury
- ATIX - Associação Terra Indígena Xingu
- AWATAC - Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura
- AYMARA - Associação Aymara
- CCPIO - Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque
- CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- CIR - Conselho Indígena de Roraima
- COAPIMA - Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão
- COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- COPIAP
- CPI-ACRE - Comissão Pró-Índio do Acre
- CR APUR/FUNAI - Coordenação Regional Alto Rio Purus
- CTI - Centro de Trabalho Indigenista
- EVU - Equipe de Vigilância da UNIVAJA
- FECOTYBA - Federación de Comunidades Ticunas y Yaguas del Bajo Amazonas
- FENAMAD - Federación Nativa Del Río Madre de Dios Y Afluentes
- FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará
- FEPOIMT - Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso
- FOCIMP - Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus
- FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
- Guerreiras da Floresta
- ICS - Instituto Clima e Sociedade

- IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
- IIEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
- Instituto Kabu
- IP - Instituto Pupykary
- IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- IR - Instituto Raoni
- ISA - Instituto Socioambiental
- ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
- JUPAÚ - Associação do Povo Uru Eu Wau Wau
- KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental
- MAPPHA - Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene
- MATPHA - Manxinerune Tsihi Pukte Hajene
- METAREILÁ - Associação Metareila do Povo Indígena Suruí
- OPAN - Operação Amazônia Nativa
- OPI - Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato
- OPIAJ - Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi
- OPIAJBAM - Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre
- OPIPAM - Organização do Povo Indígena Parintin do Amazonas
- OPIRE - Organização dos Povos Indígena do Rio Envira
- OPIROMA - Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas
- ORPIO - Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente
- PODÁALI - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira
- PYRA MEX
- REDE XINGU+
- TNC Brasil - The Nature Conservancy
- UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
- UNIVAJA - União dos Povos do Vale do Javari
- WARÃ - Associação Xavante Warã
- WEIPANUG - Assoc. dos I Sateré-Mawé do BM
- WEPAINUÊ
- WWF-Brasil - World Wide Fund for Nature
- Wyty-Catê - Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins



REALIZAÇÃO



COICA · APiB · PODAALI · UMIAB
APOIANP · ARPIT · COAPIMA
APIAM · OPIROMA · CIR
FEPIPA · FEPOIMT · M. ACRE



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

APOIO

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



Rainforest Foundation US



Norway's International Climate and Forest Initiative

NICFI



fundo casa
SOCIOAMBIENTAL

PARCERIAS



MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

